

dência, é preciso que se defina se esta Assembléia Nacional Constituinte terá poder de exercer a sua soberania e poder alterar a atual Constituição, porque isso irá definir para os Constituintes dois rumos distintos

Seja através da Constituinte ou seja através do Congresso Nacional, é preciso que algumas medidas sejam tomadas o mais urgente possível. Não concebo e não acredito que esta Assembléia Nacional Constituinte irá elaborar uma Constituição sob a vigência das medidas de emergência, que, a qualquer momento, poderão transformar esta Capital Federal numa ilha, proibindo que a população brasileira para aqui venha e aqui participe, junto com os Srs. Constituintes, da discussão da Constituição.

As medidas de emergência têm que acabar. Não acredito que esta Constituinte irá funcionar sob a Lei de Imprensa, amordaçando a imprensa, impedindo-a de cumprir o seu papel de fundamental importância, acompanhando os trabalhos dos Constituintes. Não acredito, Sr. Presidente, que esta Constituinte se declarará livre e soberana, estando em vigor uma Lei de Greve, atrasada, antiquada e fascista.

Sr. Presidente, não podemos admitir que iremos ficar um ano inteiro elaborando uma Constituição, quando sabemos que temos 22 governadores do PMDB e mais um do PFL, eleitos recentemente, e todos eles já fazendo antecipação de receitas, pagando juros de 600%, 800%, para satisfazer a folha de pagamentos dos seus Estados.

É preciso que a Constituinte ou o Congresso Nacional façam uma reforma tributária de emergência, para atender aos reclamos dos municípios e dos Estados brasileiros.

Há outra coisa, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não podemos elaborar a futura Constituição sem termos as prerrogativas do Congresso Nacional. Essas medidas precisam vir, sejam através do Congresso Nacional, sejam através da Assembléia Nacional Constituinte, e, para sabermos disso, é preciso que a Mesa tome uma posição ou faça a opção democrática, consultando e colocando em votação para que os Constituintes possam manifestar-se, para saber se a Assembléia Nacional Constituinte é soberana ou, simplesmente, tem poder de reforma, ou, então, que tome uma decisão a Mesa, comunicando aos Constituintes que a Assembléia não tem soberania para alterar a atual Constituição.

É necessário que uma medida seja tomada, para que possamos, neste período em que se discute o Regimento Interno, neste período em que se discute o Regimento da Constituinte, posamos, se for o caso, reunir o Congresso Nacional para discutir estas medidas que serão fundamentais para garantir a independência, para garantir a soberania e para garantir que a voz do povo seja de fato respeitada aqui, nesta Casa.

É com este ardor e com esta vontade, Sr. Presidente, que conclamo os Líderes de Partidos para que se manifestem, senão seremos obrigados, no plenário, a tomar medidas que garantam o nosso direito, principalmente a nossa função aqui, na Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Souto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Aluizio Campos.

**O SR. ALUIZIO CAMPOS** (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Logo depois de aprovado o Plano Cruzado, ainda em abril de 1986, apresentei na Câmara dos Deputados projeto modificativo, tendente a elimi-

nar completamente a indexação e extinguir a OTN, para que o endividamento público resultasse apenas de um único título, que seria a Letra do Tesouro Nacional. Assim, quando o Governo quisesse contrair dívida interna, apresentaria sua proposta e o seu plano de aplicação ao Congresso, para que fosse devidamente aprovado e apenas se conseguisse mobilizar recursos da coletividade, da sociedade nacional, para os propósitos indicados na proposta governamental.

Esse projeto recebeu o nº 7.451, tramitou apenas na Comissão de Constituição e Justiça, e nele o seu autor previa e advertia haver uma contradição entre o programa governamental, ao instituir o Plano Cruzado, e a previsão de financiamentos depois de um ano já plenamente corrigidos à base do IPC, através das Obrigações do Tesouro Nacional. Não me parecia que o Governo pudesse conter, congelar os preços, admitindo, desde o ato institutivo, a correção monetária, que certamente provocaria o recrudescimento da inflação quando os financiamentos fossem feitos por prazo superior a um ano. Infelizmente está ocorrendo aquilo que adverti ao apresentar o projeto Admitida no bojo do Plano Cruzado, a correção monetária novamente incrementa o processo inflacionário.

Agora, Srs. Constituintes, estamos precisando, urgentemente, de solicitar do Governo que apoiamos, o Governo do PMDB, uma imediata reforma do Sistema Financeiro Nacional, notadamente para retirar do Conselho Monetário Nacional os seus absolutos poderes legislativos. No momento, aquele órgão é dominado pelos banqueiros privados, tornando-se responsável pela atual ameaça de recessão, pois nenhuma empresa que queira produzir suporta os juros e as taxas de captação cada vez mais crescentes, que ontem já atingiram a taxa de 600% ao ano.

É, portanto, necessário que o Congresso Nacional, representando o pensamento popular, defendendo os interesses do desenvolvimento econômico do País, reclame do Governo providências urgentes. Nesta fase em que ainda não podemos funcionar como Congresso porque estamos em recesso, embora trabalhando como Assembléia Nacional Constituinte, é preciso que o Governo atenda às necessidades das forças produtivas da Nação, no momento estranguladas pelo sistema de financiamento existente. Se não forem adotadas medidas rigorosas para conter o exagero das taxas, só restará a reação da desobediência financeira, porque a juros de 22% ao mês, descontados por dentro, não há empresa que possa subsistir. E o resultado será a recessão.

É imprescindível que o Governo imediatamente cuide de fazer a reforma financeira, para retirar o Banco Central do controle dos bancos privados, pois o Banco Central tem de ser uma instituição soberana que zele pelo sistema monetário e financeiro do País, sem subordinação aos interesses privados de quem quer que seja. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Souto) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Joaquim Francisco.

**O SR. JOAQUIM FRANCISCO** (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, representar o povo de Pernambuco na Assembléia Nacional Constituinte, obtendo expressivo apoio na cidade e no campo, nos obriga dedicação exclusiva a esta missão histórica.

Secretário do Trabalho e Prefeito do Recife, conheci em profundidade as questões agrárias e urbanas. Se o ocupante de cargo executivo tem

a obrigação de fazer com eficiência e respeito à sacralidade da coisa pública, no Legislativo podemos e devemos propor soluções objetivas, cristalinas para o equacionamento dos problemas nacionais.

Assumi, perante o meu povo, em trabalho escrito e amplamente divulgado, o compromisso de atuação na Assembléia Nacional Constituinte por uma Constituição renovadora e progressista. O povo não suporta mais a falta de nitidez dos programas, de espírito público e de trabalho objetivo, que conduzem à falta de credibilidade. E observamos isto hoje claramente, quando falta credibilidade ao Governo para a propositura de uma série de ações, conseqüentemente não contando com o apoio indispensável do povo brasileiro. Questões como a reforma agrária — urgente, efetiva e implantada de imediato, a reforma urbana, o redesenho da Federação para fortalecer o município, detalhada auditoria da dívida externa, entre outras ações, precisam receber prioridade suprapartidariamente, para que o povo brasileiro conquiste efetiva independência, assegurando os direitos fundamentais da pessoa humana.

Pretendo, com humildade e seriedade, sem conceitos, firme nos compromissos de renovação, oferecer as minhas experiências de executivo em cidade-síntese dos problemas e glórias do Brasil, o Recife.

Tenho confiança de que não perderemos esta oportunidade histórica na construção de uma nova ordem constitucional. Vamos assegurar ao povo brasileiro o papel de figurante ativo e não de espectador de um crescimento centralizado e concentrador.

Creio, por fim, que os vários segmentos da sociedade devem acompanhar, sugerir e participar dos nossos trabalhos, para que a delegação recebida em 15 de novembro não se tenha esgotado no ato de votar. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Souto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bezerra de Melo.

**O SR. BEZERRA DE MELO** (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Poucos momentos me são dados nesta hora para me dirigir aos Senhores. Retorno a esta Casa depois de quatro legislaturas, interrompida por uma, que não consegui ser eleito.

Vejo aqui, Sr. Presidente, antigos companheiros que conhecemos através da sua palavra, através do convívio, através do contato, através da liderança, e com eles me congratulo por encontrá-los neste momento.

Encontro, também, Sr. Presidente, uma plêiade de jovens Constituintes que aqui aportam a esta Casa, para trazer a sua colaboração na feitura de uma Constituição que atenda aos reclamos de nossa população, que está hoje sinceramente decepcionada com as medidas que vêm sendo tomadas pelas autoridades, principalmente no tocante ao setor econômico.

Aproveito, também, Sr. Presidente, a oportunidade para agradecer ao Senhor Presidente da República, aos Srs. Ministros e a todas as autoridades que me enviaram mensagens desejando que a nossa passagem por esta Casa, pela quinta vez, seja, como das vezes anteriores, proveitosa em favor da comunidade nacional.

Também, Sr. Presidente, nestes poucos momentos, desejo fazer uma retificação. A **Folha de S. Paulo**, na sua edição de domingo, dia 8, publicou uma matéria com o seguinte cabeçalho: "Sindicatos traçam perfil dos parlamentares". Diz a matéria que o Departamento Interindustrial